

HABITAÇÃO

SOCIAL

PCP
uma intervenção
decisiva
para defender
os direitos
dos moradores

O governo PSD/CDS-PP impôs a Lei nº 81/2014, para aplicação aos contratos de arrendamento dos bairros sociais. É uma lei que contraria o direito à habitação das famílias mais carenciadas.

O **PCP** votou contra esta lei, propôs alterações profundas à mesma. Alterações chumbadas pelo PSD e CDS-PP e que mereceram a abstenção do PS.

Já neste ano, em fevereiro, o PCP propôs a suspensão da Lei 81/2014, no sentido de impedir os brutais aumentos de renda e os despejos ofensivos do direito à habitação.

Apesar da luta das populações dos bairros sociais, que sempre contou com o apoio do PCP, esta proposta de suspensão baixou, sem votação, à Comissão Parlamentar.

o PCP exigiu
e propôs
profundas alterações
à Lei

Com os moradores, que foram chamados a pronunciar-se sobre os aspectos mais gravosos da Lei, e com o contributo, em muitos municípios, dos eleitos da CDU com responsabilidade pela habitação social, o PCP avançou um vasto conjunto de propostas de alteração à Lei 81/2014. E foi o primeiro Partido a avançar com projetos e propostas.

As propostas do PCP, embora nem todas tenham sido aceites, no confronto com as de outros Partidos, **determinaram alterações significativas, ainda que aquém do desejado, na Lei injusta dos aumentos de renda e dos despejos.**



O que já foi conquistado

Foram dados passos que, embora insuficientes, são significativos.

- **Os municípios e as regiões autónomas passam a gerir os parques habitacionais de que sejam proprietários, de acordo com regulamentos próprios que prevejam regimes mais vantajosos para os moradores.**

- **O cálculo da renda será feito de acordo com o rendimento líquido e não com o rendimento bruto.** O aprovado ficou aquém do proposto pelo PCP que pretendia retirar do cálculo dos rendimentos, quer o abono de família, quer as horas extraordinárias, quer subsídios e prémios de atribuição não permanente.

- **As deduções a aplicar no cálculo do rendimento mensal, embora aquém do proposto pelo PCP, são aumentadas por dependentes, por idosos e no caso de famílias monoparentais.**

- **O conceito de dependente passa a abranger jovens até aos 26 anos** desde que não auferam rendimentos superiores ao valor do Indexante de Apoios Sociais.

- **A renda é limitada por uma taxa de esforço de 23% do rendimento. O PCP tinha proposto um limite de 15%** mas esta proposta foi chumbada pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP.

- Os contratos vêm o seu **prazo de validade aumentado para dez anos, renováveis**, em vez dos atuais dois anos.

- **Desaparece um vasto conjunto de medidas facilitadoras do despejo** e de impedimento ao acesso à habitação social, desde logo o relacionado com a ausência da habitação por prestação de trabalho ou por questões de saúde.

- **A atribuição de habitações** deve fazer-se de modo a **adequar-se ao uso por pessoas de mobilidade reduzida.**

**Emprego · Direitos · Produção
Desenvolvimento · Soberania**

**BASTA DE
SUBMISSÃO
À UNIÃO EUROPEIA
E AO EURO**

*Política patriótica
e de esquerda*

**Mais força ao
PCP**

Uma luta a prosseguir

As propostas do PCP tiveram em conta a luta e as exigências dos moradores dos bairros. Aquilo que agora foi conseguido só não foi mais longe porque as propostas que têm a ver com o cálculo das rendas e a taxa de esforço foram rejeitadas por PS, PSD e CDS, e nalguns casos o BE absteve-se.

Para se atingirem níveis de maior justiça e de garantia do direito à habitação, a custos mais de acordo com os baixos rendimentos das famílias carenciadas, é necessário prosseguir a luta nos bairros.

Os deputados do PCP na Assembleia da República e os eleitos da CDU nas autarquias continuarão a estar, como sempre têm estado, ao lado dos moradores dos bairros do IHRU ou municipais.

A Lei, que aumentava escandalosamente o valor das rendas e conduzia a despejos totalmente injustos, foi melhorada.

É possível ainda ir além do agora obtido. Com o PCP é possível ir mais longe.

Ficha para contacto
Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____
MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt

DEP/PCP Julho 2016